

O GÊNERO EM GEOGRAFIA

INTRODUÇÃO DE UM NOVO TEMA ⁽¹⁾

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ

A evolução da Geografia Humana ilustra bem a sucessão de concepções científicas sobre as comunidades humanas, em geral, e os comportamentos individuais, em particular.

Na perspectiva da Geografia Tradicional Francesa, a Geografia Humana complementava a Geografia Física e as comunidades eram entendidas como elementos da paisagem, atribuindo-se-lhes capacidades mais ou menos «transformadoras»; os indivíduos enquadravam-se num cenário geográfico com características específicas e particulares, e a organização da comunidade processava-se, sobretudo, segundo uma base territorial. A articulação harmoniosa entre elementos naturais e elementos humanos transpunha-se, também, para as relações entre indivíduos, num quadro onde cada um desempenhava funções diversas mas complementares.

A partir dos anos 50, a Nova Geografia traçou outros rumos, bem diferentes, à Geografia Humana, delineados, de

⁽¹⁾ A utilização do termo género é controversa, dado que a expressão tem correspondido apenas à categoria gramatical. No entanto, à semelhança do que aconteceu na literatura anglo-saxónica onde se ampliou o significado do termo *gender*, parece vantajosa a sua utilização para significar os comportamentos sociais associados a cada um dos sexos. Assim, género corresponde a uma categoria sociológica e sexo a uma categoria biológica.

O tema deste artigo enquadra-se na investigação que se tem vindo a efectuar no âmbito da dissertação de doutoramento.

algum modo, pela presença de conhecimentos no âmbito do planejamento que sustentassem a reorganização da economia mundial, iniciada no pós-guerra.

A Geografia Humana desligou-se claramente da Geografia Física: os comportamentos humanos passaram a ser avaliados de forma análoga onde quer que decorressem (na China ou na Guatemala, os indivíduos adquiririam bens no lugar central mais próximo).

A procura de regras gerais, capazes de explicarem a ordem territorial e os comportamentos dos indivíduos em função do impacto das distâncias, implicou um maior recurso a teorias, métodos e técnicas de outras ciências.

A nova perspectiva sistemática da organização do espaço e dos comportamentos individuais mostrou-se de tal forma complexa que a compartimentação da Geografia Humana se tornou inevitável. As divisões territoriais que marcaram a investigação geográfica até aos anos 50 — Geografia de Portugal, da França, das regiões tropicais, da região mediterrânea..., foram sendo, progressivamente, substituídas por divisões temáticas — Geografia urbana, rural, económica, da população..., que, embora já existentes nos trabalhos monográficos tradicionais, adquiriram, na Nova Geografia, um estatuto mais evidente de factores estruturantes da organização interna da disciplina.

Contudo, algo se manteve comum nestas «geografias humanas»: a concepção atomista e funcionalista dos indivíduos. Elementos da paisagem ou agentes da organização espacial, era suposto que as pessoas agissem individualmente, segundo as normas da sua civilização ou mediante critérios de racionalidade económica.

Os conflitos e as questões de ordem social que marcaram o final dos anos 60 impuseram novas preocupações à Geografia Humana. Pode mesmo admitir-se que a Geografia Humana deu lugar à Geografia Social: sobrepondo-se aos comportamentos individuais, foi a organização social que passou a estar em causa.

Nesse contexto, a Geografia, como as outras ciências sociais, encontraram no Marxismo algumas das principais chaves de leitura das sociedades. Os processos de descolonização, o subdesenvolvimento, as relações entre superpotências,

os desequilíbrios regionais ou os conflitos sociais urbanos eram facilmente interpretados à luz da luta de classes ou das condições necessárias à acumulação do capital.

No entanto, passou a pôr-se um problema essencial à Geografia: a interpretação marxista subvaloriza o papel do território na organização social, acusa mesmo algumas análises geográficas de camuflarem os conflitos sociais, permitindo que eles emerjam como questões territoriais. Até que ponto o impacto das distâncias ou a diversidade dos espaços podem ser tidos como factores explicativos da organização das sociedades? A Geografia explica ou apenas diagnostica? É uma ciência ou um método?

Independentemente dessas questões existenciais, que parece não terem preocupado excessivamente os geógrafos, a Geografia aumentou o seu campo de intervenção de forma considerável durante os anos 70 e 80, alargando os referenciais teóricos, diversificando as temáticas e reformulando os métodos e as técnicas de análise.

Na última década, as questões sociais não perderam importância na investigação, mas verificou-se que não se podem limitar às relações de classe ou às estratégias do capital.

A definição de grupos na sociedade não se deve restringir àqueles que decorrem da organização do sistema produtivo. O lugar dos indivíduos no sistema de emprego não é um dado isolado, constitui uma das vertentes da situação que têm na sociedade, decorrente também da idade, do sexo, dos valores culturais, dos níveis e padrões de consumo, das atitudes políticas...

Nos vários domínios científicos, e também na Geografia, alguns desses aspectos têm sido valorizados relativamente a outros: os comportamentos culturais e políticos ou as questões relacionadas com o acesso ao consumo de bens e serviços foram alvo de especial atenção nos últimos anos.

Apesar da diversidade temática, manteve-se, até há poucos anos, uma condição mais ou menos explícita sobre os limites de intervenção da Geografia: as «paisagens», tradicionais, modelizadas ou sociais, só abrangiam o domínio público, ou seja, a «intimidade» estava, de alguma forma, excluída das preocupações geográficas.

1. A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA DO GÊNERO EM GEOGRAFIA

A partir de meados da década de 80, alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertam para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade.

Esta nova temática tem suscitado várias críticas e apreensões. Algumas são comuns à maioria dos novos temas que se introduzem na disciplina e centram-se, em particular, na perda de identidade da Geografia. Outras, específicas à problemática do gênero, dizem respeito a eventuais efeitos nocivos de uma indistinção entre preocupações pessoais e científicas (também aqui se manifesta claramente a fronteira entre o que se considera privado e público), o que induziria uma utilização abusiva e ilícita da investigação científica.

Embora não se considere pertinente o segundo tipo de críticas, importa ter presente situações análogas: os estudos da segregação racial do território não terão também implícitas, na maioria dos casos, intenções pessoais de intervenção no sentido de erradicar situações sociais que se consideram injustas? Entre as múltiplas divisões da disciplina, existirá também uma Geografia Humana «comprometida» (GARCIA-RAMON, 1989), comprometida com a mudança social, e uma outra descomprometida?

As apreensões relacionadas com a identidade da Geografia merecem maior atenção, mas remetem para um balanço crítico da disciplina que, embora se considere necessário e urgente, ultrapassa largamente o âmbito deste trabalho. Contudo, convém explicitar aqui, de forma sintética, a concepção de Geografia subjacente ao estudo a desenvolver e o modo como a questão do gênero tem lugar nessa perspectiva.

A Geografia Humana ou Social tem procurado compreender em que medida as características intrínsecas ao território, de ordem natural ou resultantes de transformações tecnológicas, influenciam ou determinam os comportamentos dos indivíduos, dos grupos ou dos agentes sociais, culturais, económicos ou

políticos. Alguns desses comportamentos têm sido apresentados como eminentemente geográficos, pressupondo-se que as distâncias/acessibilidades são a chave da sua explicação.

Assim sendo, determinado tipo de comportamentos, individuais ou colectivos, deveriam ser privilegiados como objectos de estudo da Geografia e outros abandonados, por serem do âmbito de outras ciências sociais.

Contudo, a economia, o direito ou a sociologia focam diferentes especificidades dos comportamentos sociais. A sua complexidade, decorrente da multiplicidade de aspectos que os justificam, parece impedir, na maioria dos casos, uma compreensão global.

O território, como ponto de partida para o estudo dos fenómenos sociais, pode ser, em muitas situações, a melhor via para um conhecimento descompartmentado. Condições de vária ordem, cujo estudo compete a diversos domínios científicos, conjugam-se de múltiplas formas na definição das manifestações sociais e essa articulação concretiza-se no território.

A Geografia pode ser entendida, assim, como a disciplina da confluência de muitas outras que permite, através de uma metodologia própria, a compreensão integrada das realidades sociais. É nesta perspectiva que a questão do género se enquadra na investigação geográfica.

«Se não conhecermos os papéis desempenhados por cada um dos géneros ('gender roles') no funcionamento da sociedade, não podemos esperar apresentar uma análise razoável do comportamento espacial das mulheres e dos homens, nem das instituições que, por um lado, dependem desses comportamentos e, por outro, os influenciam». (Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers, 1984).

2. CAMPOS ANALÍTICOS E PERSPECTIVAS

A partir do final dos anos setenta, a questão do género começou a ganhar relevo na investigação geográfica, em particular no Reino Unido. Esse interesse relaciona-se claramente com a importância que tem sido atribuída à situação desfa-

vorecida das mulheres por parte das instituições internacionais e, designadamente, da ONU: em 1795, realizou-se, na Cidade do México, a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, onde não só se manifestou o alerta para determinadas situações sociais consideradas inaceitáveis como ficou também esboçado um conjunto de medidas e intervenções a desenvolver pelas Nações Unidas; em 1979, a Assembleia Geral aprovou a Resolução 34/180, que deu origem à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; em 1980 e em 1985, realizaram-se, respectivamente, as conferências Mundiais de Copenhaga e de Nairobi, onde se concretizou e desenvolveu o empenhamento internacional no sentido de combater a exclusão social das mulheres (ONU, 1989).

Questões como a contracepção, o divórcio, as novas formas de família ou a exclusão das mulheres das principais decisões políticas e dos cargos superiores das administrações públicas e das empresas têm emergido como problemas sociais preocupantes nos países mais desenvolvidos. Paralelamente, as situações de profunda injustiça, em muitos casos institucionalizada, que atingem as mulheres num grande número de países do Terceiro Mundo têm sido progressivamente denunciadas.

A Geografia não foi alheia a tais preocupações e, no início dos anos oitenta, surgiu uma Geografia Feminista. É discutível ou mesmo incorrecta, na nossa opinião, tal adjectivação da disciplina, utilizada, por exemplo, pelo Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers (WGSG/IBG), no trabalho publicado em 1984 e intitulado «Geography and Gender. An introduction to feminist geography». Importa, no entanto, salientar o carácter inovador dessas pesquisas e as suas principais linhas de orientação.

Estavam sobretudo em foco, nesses estudos, as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres e as suas consequências na organização e utilização do espaço. Embora excessivamente descritivas e limitadas a uma visão da sociedade onde a diferenciação com base no género é nitidamente sobrevalorizada, essas análises contribuíram para uma reformulação conceptual da Geografia Humana.

Dicotomias como as que geralmente se estabelecem entre produção e reprodução social, esfera da produção e esfera

do consumo, trabalho e lazer ou entre trabalho formal e informal e outras com um carácter mais institucional, como a divisão entre Geografia Económica e Geografia Social, são inoperativas e têm pouco significado quando se introduz a questão do género na análise social (WGS/IBG, 1984; ROSE, 1987; PELLETIER, 1987; GARCIA-RAMON, 1989).

A inclusão da vertente género no estudo do sistema de emprego permite verificar que os valores «médios» têm pouco significado. As taxas de actividade, a estrutura por actividades e por profissões, os níveis de qualificação, as relações contratuais ou o grau de sindicalização são profundamente diferenciados entre homens e mulheres. As interpretações das diferenças podem centrar-se mais no funcionamento do mercado de emprego ou na organização da instituição familiar (WALBY, 1985), mas os dois factores explicativos têm, forçosamente, que surgir articulados.

Muitos estudos têm defendido que o desenvolvimento económico das últimas décadas aponta para uma situação de crescente igualdade entre homens e mulheres: a participação das mulheres no mercado de emprego tem aumentado consideravelmente, as tarefas femininas têm-se diversificado, a discriminação salarial tende a reduzir-se, etc. Algumas dessas tendências são, de facto, facilmente comprováveis; contudo, atendendo aos contextos sociais, aparentemente favoráveis, onde se verificam (países mais desenvolvidos), é problemático justificar o ritmo lento que apresentam; por outro lado, essa visão da igualdade é parcial, ou seja, foca apenas o lado mais visível da realidade, o que se observa no domínio público.

Se é verdade que a participação social das mulheres aumentou na economia formal, na política, na cultura e noutras instâncias da sociedade, é também verdade que as mulheres continuam a assegurar o trabalho doméstico, a assistência familiar e a educação das crianças. Público e privado, produção e reprodução, trabalho e lazer, trabalho formal e informal são conceitos indissociáveis quando a problemática do género está presente na análise geográfica.

«O desenvolvimento capitalista conseguiu transmitir a ideia que a produção pode ser independente da sua condição básica, a reprodução da vida. Dois processos para-

lelos estão na base desta falsa impressão de independência: primeiro, a subordinação da produção de subsistência à produção de mercadorias; segundo, a privatização da reprodução, que a remete para a invisibilidade social». (BENNHOLDT-THOMSEN, 1984, p. 262).

«...desde o início dos processos de suburbanização, a estrutura urbana é o lugar de inscrição de uma segregação espacial entre o trabalho remunerado — esfera da produção — e o trabalho doméstico — esfera do consumo e da reprodução social» (ROSE, 1987, p. 207).

Até meados da década de oitenta, as análises geográficas que contemplavam a vertente género focavam essencialmente as diferentes características e papéis sociais dos homens e das mulheres tendo sido subestimados os processos que definem as relações sociais entre ambos, o funcionamento da instituição familiar e a articulação, regionalmente bem diferenciada, entre a família e as outras organizações da sociedade, por um lado, e entre as atribuições dos vários indivíduos no agregado e o lugar que ocupam na comunidade, por outro.

«Nas análises regionais e urbanas, o papel dos géneros tem sido excessivamente enfatizado e, paralelamente, tem-se limitado a investigação ao âmbito das relações económicas e dos locais de trabalho. A esfera doméstica é examinada apenas em função do emprego. De facto, tem sido prestada pouca atenção à articulação entre o mercado de trabalho, a família e a comunidade no que respeita às desiguais relações de poder entre homens e mulheres» (BOWLBY *et al.*, 1986, p. 328).

«A perspectiva funcionalista do género sugere que as desigualdades entre homens e mulheres são o resultado dos estereótipos sociais. Essa leitura não questiona a origem desses estereótipos e por isso não pode avaliar em que medida os géneros são diferentes e desiguais...» (FOORD e GREGSON *et al.*, 1986, p. 192).

3. DOIS EXEMPLOS DE TEMÁTICAS INTEGRADORAS

Entre as várias linhas de investigação que se têm vindo a delinear e cuja ligação se afigura, em muitos casos, incipiente, salientam-se duas pelo carácter integrador que podem imprimir ao estudo do género em geografia — a problemática do trabalho doméstico e a articulação entre patriarcado, capitalismo e território

3.1. A problemática do trabalho doméstico

Como já antes se referiu, não é possível explicar a situação das mulheres nos domínios públicos sem atender à organização do domínio privado, ou seja, ao processo de trabalho doméstico, entendido este em sentido amplo e incluindo não só as tarefas de manutenção da habitação e do agregado familiar, como a educação, a assistência, as redes de relações familiares e de vizinhança e a aquisição de bens e serviços.

As últimas décadas foram marcadas, nos países desenvolvidos, pela emergência de dois processos aparentemente contraditórios: por um lado, assistiu-se à progressiva socialização de alguns segmentos da reprodução social, em particular no âmbito da educação e da saúde, e, por outro, o trabalho doméstico (e o lazer) adquiriu um carácter cada vez mais «privado», circunscrito ao espaço do agregado familiar e às relações entre os membros de um núcleo restrito, composto, na maioria dos casos, pelo casal e as crianças.

O desenvolvimento capitalista, ao instaurar a total autonomização da produção relativamente à reprodução social, originou, conseqüentemente, a segregação geográfica dos dois processos e a divisão rígida do tempo, ao longo do dia, do mês (semana e fim de semana), do ano (trabalho e férias) e da vida (activa e inactiva) (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985).

Neste processo, a instituição familiar sofre grandes transformações: é nuclearizada, quebrando-se, assim, as antigas redes de solidariedade familiar; as tarefas domésticas alteram-se, registando-se uma crescente terciarização do trabalho doméstico, ou seja, a produção de serviços suplanta, progressivamente, a produção de bens; a reprodução social é partilhada entre o agregado e as outras instituições sociais

e a definição das normas por que se rege escapam cada vez mais ao domínio familiar (ARCHAMBAULT, 1985).

Essas transformações justificam a subvalorização do trabalho doméstico na economia oficial, ignorando-o ou atribuindo-lhe um estatuto marginal.

«O agregado familiar, entendido como unidade de observação da instituição familiar, é essencialmente concebido como uma unidade de consumo. No termo do circuito económico, surge como uma 'caixa negra' onde desaparecem bens e serviços, sem que se saiba por que processos são transformados em valores de uso» (ARCHAMBAULT, 1985, p. 189).

No entanto:

«Quanto mais se desenvolvem os sectores da produção e do consumo, mais se multiplicam e diversificam os produtos e mais se ampliam e complexificam as tarefas de aquisição, de selecção, de transporte e de transformação em função dos encargos e dos rendimentos familiares e das exigências de representação social» (VANDELAC *et al.*, 1985, p. 49-50).

Ao contrário do que sugerem a maioria das leituras da evolução socio-económica dos países mais desenvolvidos, o tempo consagrado ao trabalho doméstico não diminuiu nas últimas décadas, nem se alterou substancialmente a distribuição das tarefas entre homens e mulheres, segundo têm mostrado algumas sondagens de carácter jornalístico. Um inquérito realizado pela SOFRES em 1987 mostrava que a Dinamarca era o país, nas Comunidades Europeias, onde as tarefas domésticas eram mais partilhadas e a relação entre o tempo de trabalho doméstico dos homens e das mulheres era de 1 para 3, nos casais em que ambos eram empregados.

Para além de alguns valores pontuais, divulgados sobretudo pela comunicação social, a informação objectiva sobre o trabalho doméstico é muito escassa, precisamente devido ao carácter marginal que lhe é atribuído. Podem no entanto salientar-se alguns aspectos da sua evolução.

A diminuição relativa do preço dos bens de equipamento doméstico e, paralelamente, o aumento do custo do trabalho doméstico remunerado levaram, por um lado, à crescente produtividade de algumas tarefas e, por outro, ao acréscimo do tempo consagrado pelas mulheres empregadas às tarefas familiares.

Esse acréscimo decorre também da difusão de valores culturais que interferem decisivamente no trabalho doméstico.

«As normas de qualidade para as actividades domésticas e parentais aumentam: as crianças são menos numerosas, mas prosseguem os estudos durante mais tempo e as suas actividades multiplicam-se, com uma participação crescente dos pais, intensificando-se também os cuidados médicos com elas. Esse aumento das normas de qualidade, grande consumidor de tempo, observa-se também no que diz respeito à dietética, à higiene, à decoração...» (ARCHAMBAULT, 1985, p. 197).

A problemática do tempo de trabalho doméstico/familiar não se limita, contudo, à sua extensão. A temporalidade deste trabalho obedece a uma lógica distinta da do trabalho remunerado. Muitas das tarefas domésticas são executadas em simultaneidade e as fronteiras entre trabalho doméstico e lazer são pouco precisas. Por outro lado, a disponibilidade da maioria das mulheres para as tarefas familiares é ilimitada (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985): a assistência às crianças, por exemplo, não pode estar sujeita a horários.

Uma outra vertente da especificidade do trabalho doméstico diz respeito aos processos e formas de organização.

A partilha das actividades de reprodução social entre o agregado doméstico e outras instituições remeteu as tarefas familiares para um plano central mas subordinado, marcado por uma grande flexibilidade e por adaptações constantes, na medida em que as normas de execução das tarefas são sobretudo definidas por agentes exteriores à família.

«As instituições especializadas nos vários domínios (escola, medicina, psicologia...) detêm o monopólio das práticas legítimas no seu campo de actuação» (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985, p. 19).

Mas a organização flexível do trabalho doméstico não decorre apenas da sua subordinação face a esses agentes.

«O ritmo e a organização do tempo de trabalho doméstico não deriva das tarefas que são executadas, mas das actividades e dos horários dos vários membros do agregado familiar» (CHABAUD-RYCHTER *et al.*, 1985, p. 45).

3.2. *Patriarcado, capitalismo e território*

Um dos temas que se tem salientado nos estudos sobre o género em geografia incide na organização patriarcal da sociedade, sistema que privilegia os homens e subordina as mulheres.

A participação crescente das mulheres no mercado de emprego (factor determinante, na opinião dos marxistas clássicos, para a progressiva «libertação» das mulheres, na medida em que permite a independência financeira) não originou, tanto quanto se poderia esperar, uma situação de igualdade social. A maioria das mulheres continua a assegurar grande parte das tarefas de reprodução social. No mercado de emprego, a população feminina encontra-se especialmente nas tarefas menos qualificadas, mais repetitivas e pior remuneradas; a sua progressão e mobilidade nas carreiras profissionais é significativamente inferior à dos homens. Nas instituições políticas, a participação das mulheres é francamente reduzida — nos parlamentos nacionais dos países das Comunidades Europeias as mulheres representavam, nos meados dos anos 80, 15 % dos deputados.

A articulação entre capitalismo e patriarcado tem sido interpretada de modos diversos. Com base na sistematização elaborada por SYLVIA WALBY (1986), podem resumir-se assim as várias concepções:

a) A desigualdade entre géneros é teoricamente insignificante face às relações de classe (a família é entendida, nesta concepção, como uma unidade básica na análise da estratificação social).

b) Concepção funcionalista: as relações entre géneros, em termos de papéis sociais, são consideradas diferentes mas igualitárias.

c) As relações (de subordinação) entre géneros derivam das relações sociais capitalistas. Inclui-se nesta perspectiva grande parte do debate sobre a subalternização do trabalho doméstico.

d) O patriarcado é um sistema de desigualdade social autónomo de qualquer outro. A sexualidade e a reprodução são a base desse sistema.

«Capitalismo e patriarcado são estruturas relacionadas de forma contingente que, contudo, se interligam na especificidade de períodos e lugares particulares. (...) As sociedades ocidentais 'sugerem', pelo menos, quatro formas de relações necessárias entre homens e mulheres. Duas são trans-históricas: a reprodução biológica e a heterossexualidade. As outras são histórica e geograficamente específicas: o casamento e a família nuclear» (FOORD e GREGSON, 1986, p. 200 e 202).

e) As relações sociais patriarcais e capitalistas estão de tal forma interligadas que se pode considerar a existência de um único sistema — patriarcal capitalista.

«O desenvolvimento das relações de produção capitalistas foi acompanhado por mudanças noutros domínios. Em particular, deram-se rupturas nas relações existentes entre homens e mulheres. A antiga forma patriarcal da produção doméstica foi abandonada, os padrões estabelecidos para as relações entre os dois sexos foram postos em causa. Este processo foi desigual, tanto em extensão como em natureza, nas diferentes partes do País, sendo sobretudo influenciado pelas características das estruturas económicas emergentes. Em cada área, capitalismo e patriarcado articulam-se e acomodam-se um ao outro de formas diferentes» (MCDOWELL e MASSEY, 1986, p. 128).

Independentemente da medida em que se sobrevalorizam ou se subestimam, na análise social, as relações entre homens e mulheres, os argumentos utilizados para justificar as diferentes concepções antes referidas podem dar um contributo imprescindível para compreender um aspecto que se julga

essencial: a articulação entre classe e género e a sua expressão territorial.

«...as relações sociais de patriarcado mantêm-se no e através do território e qualquer modificação dessas relações implica alterações de ordem espacial no quadro de vida. Assim, as reconfigurações espaciais que atingem a esfera dita privada são susceptíveis de provocar mudanças no quadro construído que, por sua vez, podem modificar as condições de produção económicas» (SÉGUIN e VILLENEUVE, 1987, p. 190).

A desigualdade social entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre ambos têm amplitudes e formas diferenciadas nos vários grupos sociais e são condicionadas pelo tipo de desenvolvimento social e económico que marca os diferentes territórios.

A maior parte das análises de estratificação social baseia-se no lugar ocupado pelo indivíduo no sistema de emprego. Nessa perspectiva, é complexo atribuir um estatuto social ao agregado familiar, na medida em que se cruzam situações individuais com estratégias de grupo: na realidade, os vários membros do agregado são entendidos individualmente na esfera da produção e comportam-se como uma unidade no campo da reprodução social. Assim sendo, torna-se necessário integrar os dois domínios para compreender a articulação entre classe e género (WALBY, 1986-B; MANN, 1986). A análise das diferentes manifestações territoriais dessa interacção pode contribuir bastante para o seu conhecimento. Os processos ligados à suburbanização, por exemplo, apontam algumas linhas de investigação interessantes, designadamente porque evidenciam um aspecto relevante: as restrições à mobilidade geográfica associadas ao tipo de inserção no mercado de emprego (COUTRAS, 1987).

Embora não se conheçam estudos conclusivos sobre a articulação entre classe e género, podem contudo adiantar-se algumas pistas de análise.

Se forem tidos em conta os diversos factores que contribuem para a realização pessoal das mulheres (SIMONSEN, 1991), pode-se delinear o esboço de uma tipologia que conjuga

género e estatuto social. Esses factores são susceptíveis de serem agrupados nas seguintes categorias: a) família — filhos; b) família — marido — prestígio social; c) carreira profissional.

O grupo que se enquadra na última categoria parece ser aquele onde a igualdade entre géneros é maior. A coexistência, no mesmo agregado, de dois indivíduos cuja afirmação pessoal passa por parâmetros idênticos ⁽²⁾ coloca-os num plano mais igualitário que permite e obriga a uma partilha das tarefas familiares. Por outro lado, é neste grupo que se registam os graus de instrução mais elevados da população feminina, o que origina a adopção de padrões culturais que rejeitam situações de subordinação. Paralelamente, o nível de rendimentos permite que uma parcela significativa do trabalho doméstico seja exteriorizada. Esta situação caracteriza um determinado grupo social com particular expressão nas áreas urbanas, onde a mobilidade e o acesso aos serviços estatais ou mercantis de reprodução social é mais fácil. É também neste grupo que a família assume um carácter menos definitivo e onde o recurso ao divórcio é frequente.

As mulheres, empregadas ou não, cuja realização pessoal passa prioritariamente pela família, seja pelos filhos ou pelo prestígio social induzido pela carreira do marido, integram-se em estratos sociais distintos, situados mesmo em extremos opostos da hierarquia, mas têm em comum um estatuto de subordinação e dependência.

Neste conjunto, podem distinguir-se, contudo, situações distintas.

Nos grupos sociais mais desfavorecidos, são comuns dois tipos de situação: os casos em que o emprego da mulher não se justifica dada a impossibilidade de fazer face às despesas com a reprodução social exteriorizada daí decorrentes; as mulheres cujo emprego significa apenas um rendimento imprescindível ao agregado familiar, mas que é vulgarmente entendido como uma receita familiar complementar e secundária e,

(2) A reflexão sobre os objectivos de realização pessoal dos homens não está ainda suficientemente elaborada; no entanto, as leituras do quotidiano sugerem que esses objectivos incidem sobretudo na carreira profissional e no lazer, sendo a família entendida, na maioria dos casos, como um factor de realização complementar e relativamente marginal.

nalguns casos, transitória. Nestas situações, o trabalho doméstico assume um papel central e limita fortemente a progressão profissional.

As duas situações parecem ter expressões territoriais distintas: a primeira deve ocorrer sobretudo nas áreas rurais e/ou industriais e a segunda nas áreas urbanas e suburbanas o que se liga não só com diferentes valores culturais mas, sobretudo, com as oportunidades de emprego para as mulheres e com a localização dos equipamentos sociais.

Numa situação bem diferente e no topo da hierarquia social, encontra-se o grupo de mulheres cuja realização passa pelo prestígio social que se associa à carreira profissional do marido. Neste caso, pode-se admitir que a subordinação decorre também das tarefas familiares, mas o trabalho doméstico é substituído pelas funções de representação social. Este grupo é pouco homogéneo, englobando mulheres para quem o casamento constitui um veículo privilegiado de ascensão social e outras para quem representa apenas a manutenção do quadro de vida existente na família de origem. Até há pouco tempo, estas mulheres não integravam, na sua maioria, o mercado de emprego, mas com a crescente difusão de modelos culturais que incitam a valorização pessoal, têm vindo a participar cada vez mais em actividades profissionais, adequadas, tanto quanto possível, ao seu estatuto social, nomeadamente no âmbito da assistência social ou da cultura. O nível de instrução é também muito diferenciado neste grupo, na medida em que não constitui um factor decisivo para a afirmação individual.

NOTA FINAL

Sendo bastante recente o desenvolvimento da problemática do género na investigação geográfica, os estudos sobre este tema, cujo número aumentou consideravelmente a partir dos últimos anos da década de oitenta, reflectem sobretudo a tentativa de um enquadramento teórico consistente, procurando pontos de referência em domínios variados das ciências sociais.

O campo analítico é também diversificado e definido em torno de várias temáticas cuja articulação nem sempre se apresenta de forma clara.

Procurou-se, neste artigo, evidenciar as principais linhas de investigação e focar mais pormenorizadamente os aspectos que surgem com um carácter mais integrador das inúmeras questões que emergem na problemática do género em geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHAMBAULT, E. (1985) — «Travail domestique et emploi tertiaire substitution ou complémentarité?», em VERNIÈRES, M. (coord.) — *L'emploi du tertiaire*, Ed. Economica, Paris.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. (1984) — «Towards a theory of the sexual division of labor», SMITH, J. et al. (ed.) — *Households and the world-economy*, Explorations in the world — economy, vol. 3, Beverly Hills, p. 252-271.
- BOWLBY, S.; FOORD, J.; McDOWELL, L. (1986) — «The place of gender in locality studies», *Area* 18(4), p. 327-331.
- CHABAUD-RYCHTER, D. et al. (1985) — *Espace et Temps du Travail Domestique*. Librairie des Méridiens, Paris.
- COUTRAS, J. (1987) — *Des villes traditionnelles aux nouvelles banlieues, l'espace public au féminin*. Ed. Sedes, Paris.
- FOORD, J.; GREGSON, N. (1986) — «Patriarchy: towards a reconceptualisation», *Antipode* 18: 2, p. 186-211.
- GARCIA-RAMON, M. D. (1989) — «Género, espacio y retorno: hacia una renovación conceptual de la geografía? una introducción», *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona.
- MANN, M. (1986) — «A Crisis in Stratification Theory? Persons, Households/Families/Lineages, Genders, Classes and Nations», em CROMPTON, R.; MANN, M. (ed.) — *Gender and Stratification*. Polity Press, Cambridge, p. 40-56.
- McDOWELL, L.; MASSEY, D.; ALLEN, J. (Ed.) — *Geography matters! A reader*, p. 128-147, Cambridge University Press, Cambridge.
- ONU (1989) — *The Work of CEDAW. Reports of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women*. Nações Unidas, Nova Iorque.
- PELLETIER, L. (1987) — «Au sujet des espaces féminisés», *Cahiers de Géographie de Québec*, vol. 31, n° 83, p. 177-188.
- ROSE, D. (1987) — «Un aperçu féministe sur la restructuration de l'emploi et sur la gentrification: le cas de Montréal», *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 31, n° 83, n. 205-224.
- SÉGUIN, A.-M.; VILLENEUVE, P. (1987) — «Du Rapport Hommes-Femmes au Centre de la Haute-Ville de Québec», *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 31, n° 83, p. 189-204.
- VANDELAC, L. et al. (1988) — *Du travail et de l'amour. Les dessous de la production domestique*. Editions Saint-Martin, Montréal.

- WALBY, S. (1985) — «Theories of women, work, and unemployment», em MURGATROYD, L. *et al.* — *Localities, class, and gender*, Pion Limited, Londres.
- (1986-A) — *Patriarchy at Work*. Polity Press, Cambridge.
- (1986-B) — «Gender, Class and Stratification. Towards a New Approach», em CROMPTON, R.; MANN, M. (ed.) — *Gender and Stratification*. Polity Press, Cambridge, p. 23-39.
- WGS/IBG Women and Geography Study Group of the Institute of British Geographers (1984) — *Geography and Gender*, Hutchinson, Londres.

RESUME

Le genre en géographie: introduction à un nouveau sujet. — Depuis les années soixante-dix la Géographie Humaine a accordé une plus grande attention aux questions sociales. Parmi les différents domaines relationés avec les inégalités sociales, le problème du genre (en tant que comportements sociaux des hommes et des femmes) a pris une importance significative dans les dernières années.

La façon par laquelle s'établissent les relations entre les hommes et les femmes se traduit dans l'organisation du territoire et se présente comme une condition relevant du développement régional.

Le sujet introduit aussi de nouvelles questions théoriques et méthodologiques dans la Géographie Humaine. Les dichotomies classiques, comme sphère de la production et sphère de la reproduction, domaine public et domaine privé, travail et loisir, travail formel et travail informel deviennent des concepts inopératifs quando le genre est le focus de l'analyse.

SUMMARY

Gender in geography: introduction to a new subject. — Since the seventies the Human Geography has began to pay more attention to social questions. Among the different thematics related with social inequalities, gender (meaning the social behaviours of men and women) has become a relevant subject in the last years.

The way as relations between men and women are established, in the private sphere and in the public domain, is reflected in the territorial organization and contributes to define the regional development.

This recent subject also introduces new theoretical and methodological questions. Classic dichotomies such like production and reproduction spheres, private and public domains, work and leisure, formal and informal work became inoperative concepts when gender is the focus of the analysis.